



## **METODOLOGIA DA PESQUISA E ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA**

*Prof. Edivaldo M. Boaventura*

PhD em Educação e Professor do Curso de Direito da Universidade Salvador.

As diretrizes curriculares e conteúdo mínimo do curso jurídico estabeleceram que: "Para a conclusão do curso, será obrigatória apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhido pelo aluno" ( MEC, Portaria n.1.886, 30 dez.1994, Art. 9º). Assim, a Metodologia da Pesquisa aplicada à investigação jurídica concentra-se na elaboração da monografia como trabalho de conclusão do curso de bacharelado. O ponto de partida é a escolha do tema. Inicialmente, indaga-se quem deve escolhe-lo e em que momento ?

### **ESCOLHA DO TEMA, PASSO INICIAL**

Os passos iniciais para a elaboração do projeto de monografia seguem as sugestões de Henri Capitant ( 1951) e incorporando as contribuições mais recentes da pesquisa qualitativa: estudo de caso, trabalho de campo, análise de conteúdo ( Bodgan e Biklen, 1994). O conhecido jurista francês parte da escolha do tema que conduz ao problema, discute as buscas bibliográficas, as fontes a utilizar, o estabelecimento do plano, primeiramente, o plano provisório e depois com a progressão das leituras e amadurecimento do assunto o plano definitivo. Capitant enfatiza com muita razão como o aluno deve conduzir a documentação, especialmente, os precedentes históricos, o exame da jurisprudência e das coleções de julgados, as estatísticas, o direito comparado. Em uma palavra, as fontes do direito. De posse desses e de outros materiais, chega-se à elaboração do projeto da monografia, compreendida como uma dissertação.

## **ORDENAÇÃO LÓGICA DO TRABALHO**

Além da escolha do tema, enfatizam-se os procedimentos lógicos para a elaboração do projeto da monografia, isto é, fixar a ordem do desenvolvimento da exposição, uma vez que ele não é outra coisa senão previsão. Dispor as idéias de maneira que se tornem um instrumento eficaz de comunicação. O plano é o itinerário a seguir. Com a documentação de base na doutrina, legislação e jurisprudência, formula-se o plano da exposição, contendo: a) um ponto de partida, que é a introdução, onde se define tema e problema da pesquisa, suas questões, hipóteses, justificativa, objetivos e metodologia a ser empregada em função da natureza do problema; b) o desenvolvimento do tema por partes, em capítulos ou tópicos, fundamentação teórica, revisão da literatura, análise e discussão do material coletado; c) e um ponto de chegada, a conclusão que sintetiza os resultados da pesquisa. São os pressupostos lógicos e metodológicos da ordenação de idéias (Boaventura, 1999).

## **PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Uma vez fixado o tema, o aluno deve se instrumentalizar com a bibliografia pertinente pelo uso das normas de referências: NBR 6023, 2000 Informação e documentação - Referência - Elaboração, especialmente as mais utilizadas em Direito: livro, trabalho acadêmico (teses, dissertações, entre outros), publicação periódica (artigo de revista, artigo ou matéria de jornal), especialmente, documento jurídico: legislação, jurisprudência (decisões judiciais), doutrina (interpretação dos textos legais), incluindo documento jurídico em meio eletrônico. A aprendizagem das referências se complementa com outras normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial com a Apresentação de Citações em Documentos (NBR 10520, 1992), que distingue dois sistemas de chamada: numérico e autor-data. A documentação é fundamental em toda a pesquisa, particularmente na jurídica, pois grande parte do material a ser trabalhado é constituído de legislação, jurisprudência e doutrina.

Para a elaboração do projeto, a experiência aconselha que além da procura da bibliografia geral e específica o aluno busque as monografias, dissertações e teses defendidas em sua faculdade e na comunidade científica. Muito se aprende ao identificar-se a maneira como outros pesquisadores conduziram suas propostas, definindo tema, problema e termos operacionais, no contexto do cenário teórico ou prático e com demonstração da relevância e interesse na investigação. A leitura da produção acadêmica recente serve duplamente para atualização do conteúdo e percepção do arranjo metodológico, isto é, do design dissertativo .

## **FONTES DO DIREITO E RACIOCÍNIO JURÍDICO**

Fundamentado o projeto na teoria que ilumina o tema, explicita-se a relação entre fontes do direito e investigação jurídica. Uma monografia levará em consideração sobretudo as coleções de lei, em sentido amplo,

compreendendo legislação ( Ferraz Júnior, 1990). Para um país, como o Brasil, perfilado na tradição romanística e germânica do direito escrito, a legislação é a fonte principal do direito. Além da legislação, a jurisprudência pelo exame dos casos idênticos cria opinião comum como parâmetro de observância geral. A doutrina ocupa um lugar tradicional em nosso direito, em particular o comentário de textos legais. A opinião dos juristas logra força ao lado dos operadores do direito, como labor intelectual. O conhecimento técnico dos juristas não é fonte de direito; todavia, as contribuições dos juristas se revestem de caráter inovador. Lembre-se, no processo de investigação, que a doutrina, ou o "Direito Científico" ou "Direito dos Juristas", conforme expressão do grande Savigny, tem aplicação na interpretação da lei. É a chamada construção doutrinária ( Reale, 1988).

Para o discernimento lógico do aluno é importante distinguir os dois principais modos jurídicos de pensar. O aluno distinguirá o raciocínio dedutivo, teórico e racional, ínsito ao sistema continental do direito escrito, conforme a tradição romano-germanística do civil law, do raciocínio indutivo, experimental e prático muito próprio do sistema anglo-americano do common law, isto é, case law. Dedução e indução que se fundamentam no racionalismo francês e no empirismo britânico dentre muitos outros modos de se encarar a clássica dicotomia. Uma aproximação dessas duas tradições jurídicas ocidentais encontram-se nas súmulas dos tribunais superiores e na crescente legislação do direito federal norte-americano. Ao iniciante na investigação da problemática jurídica não é dado ignorar essa line of inquiry . Muitas pesquisas têm surgido como estudo de caso ( case study). O estudo de caso apareceu como instrumento de adequação do ensino jurídico ao espírito indutivo do common law e deve-se a C. C. Langdell, diretor da Faculdade de Direito de Harvard, no século XIX , a sua instrumentalidade didática (Conant, 1968).

## **MONOGRAFIA COMO DISSERTAÇÃO E CIÊNCIA**

Além do aspecto prático, que se efetiva na elaboração e execução do projeto de monografia, a Metodologia da Pesquisa leva em consideração dois outros enfoques: o redacional dissertativo e o científico. A monografia conclusiva da graduação é um texto eminentemente dissertativo e argumentativo, que " consiste no emprego de provas, justificativas, arazoados, a fim de apoiar uma opinião ou tese ou rechaçar um outra", afirma Maria de Lourdes Siqueira ( 1999). A monografia de graduação ou do curso de especialização, como também a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, são todos três espécies de ensaios dissertativos. Implicam na explanação de idéias com fortes traços argumentativos porque o pesquisador evidencia e discute dados, informações, provas e evidências na demonstração dos resultados encontrados ( Garcia, 2000). Na experiência docente na pós-graduação, particularmente na produção de papers, examinam-se inúmeras monografias, dissertações e teses e sente-se a pertinência da expressão redacional a clara e correta. A redação da monografia deve ser uma comunicação impessoal, tanto quanto possível escrita na terceira pessoa do singular. Além de ser um exercício metodológico, a monografia acarreta um

problema redacional que o aluno deve saber encaminhar a fim de explicar suas idéias.

Direcionada a disciplina Metodologia da Pesquisa para a elaboração da monografia, porém, não se dispensam as cogitações da epistemologia da ciência. O Direito, a Educação e as ciências de modo geral exigirão sempre uma certa especulação filosófica, especialmente, no que concerne à ética e a lógica. Complementando o caráter prático do ensino da Metodologia da Pesquisa, busca-se uma explanação sobre os principais tipos de pesquisa - experimental, histórica, avaliativa, survey , estudo de caso - e uma discussão sobre os conceitos básicos em pesquisa, como problema, relação, hipótese, variável e outros constructos (Kerlinger, 1980). De igual modo, uma menção será feita acerca de questionários, entrevistas, observações, análise documental, análise de conteúdo e do discurso e outras técnicas e processos nas investigações. Em uma palavra, a disciplina Metodologia da Pesquisa objetiva a elaboração da monografia jurídica e a abertura cartesiana para o problema do problema do método científico com vista à formação do aluno

### **ETAPAS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA MONOGRAFIA**

Há dois momentos didáticos que devem ser explicitados: 1) a elaboração do projeto da monografia; 2) e sua execução por partes ou capítulos. A elaboração por etapa deve ser enfatizada para o estabelecimento do projeto da monografia, etapa por etapa, step by step. É preciso prever todo o ciclo das fases da monografia, a começar pela elaboração, estruturação, redação preliminar, redação definitiva com revisão do texto escrito, digitação até apresentação e defesa perante a banca examinadora. Depois do julgamento, a monografia aprovada deverá ser depositada na biblioteca, guardiã da memória acadêmica da instituição universitária. A biblioteca, como depositária, efetiva e simbólica, de toda produção acadêmica, incorpora a monografia ao seu acervo para que a comunidade acadêmica possa utilizá-la. A monografia, dissertação e tese é um trabalho individual do seu respectivo autor, mas se constitui também em um produto da universidade por que foram utilizados seus professores, seus livros, seu material escolar e seu espaço.

Com base no que vimos, vamos resumir as principais etapas da proposta acadêmica em cinco etapas: 1) escolha do tema e problema; 2) pesquisa bibliográfica e eletrônica; 3) leitura e registro do material coletado, em dossiês e arquivos eletrônicos; 4) plano do trabalho; e 5) redação do projeto.

Em suma, com base nesses e em outros elementos, trabalhados e discutidos, em sala de aula, o aluno formulará por escrito e executará em etapas a sua monografia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em Direito, em Administração, em Medicina Veterinária ou de licenciado em Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Física, Química. Ele não fará um bom trabalho de conclusão de curso, que coroa todo o seu esforço, se não contar com a ajuda do professor orientador desde o início da elaboração da monografia. Caracteriza-se como um trabalho de acompanhamento da maior importância para a formação científica do aluno.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, ago.2000.
- BEUAD, Michel. Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996. 180p.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. As etapas do doutorado. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994. 150p.
- \_\_\_\_\_. A educação brasileira e o direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997. 349p.
- \_\_\_\_\_. Como ordenar as idéias. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. 59 p. (Série Princípios, 128)
- BOGDAN, Robert, e BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BREMMER, Eliana de M. et alii. Elaboração de trabalhos acadêmicos. 2.ed. rev. Salvador: Universidade Salvador ( Unifacs), 1999. 52p.
- CAPITANT, Henri. La thèse de doctorat en droit. 4. ed. Paris, Dalloz, 1951. 183p.
- CARMO-NETO, Dionísio. Metodologia Científica para principiantes. 3. ed. Salvador: American World University Press, 1996. 560p.
- CASTRO, Cláudio. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 70p.
- \_\_\_\_\_. A prática da pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.156p.
- CONANT, James Bryant. Dois modos de pensar: meus encontros com a ciência e a educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 124p.
- DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955. 47p.
- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1986.
- DIAS, José Augusto. Método de caso: breve explicação e alguns exemplos. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1985. 37p (Caderno de Administração Escolar, 3)
- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito:técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1990. 335p.
- FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em direito e redação de monografia jurídica. Porto Alegre: Fabris Editor, 1997. 128p.
- GARCIA, Eduardo Afonso Cadavid. Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos. São Paulo: Atlas, 1998. 317 p.

- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 18. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 539p.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.
- HENRIQUES, Antônio, e MEDEIROS, João Bosco. Monografia no Curso de Direito: trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1999.
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1980. 378p.
- LAKATOS, E. M. , MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1986.
- LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340p.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 2. ed. Porto Alegre: S. Fabris, 1987.
- LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p. ( Temas Básicos de Educação e Ensino ).
- MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.237p.
- MINAYO, Cecília de S. et alii. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis , RJ, 1998. 80p.
- NUNES, Luiz A. Rizzatto. Manual de monografia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1997. 207p.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas. Brasília: Conselho Federal da OAB/Comissão de Ciência e Ensino Jurídico, 1992. 300p.
- \_\_\_\_\_. Ensino jurídico OAB: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal da OAB, 1997. 216p.
- PEROTA, Maria L. L. R, CRUZ, Anamaria da Costa C. Referência bibliográficas ( NBR 6023 ): notas explicativas. 2 ed. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.
- RANIERI, Nina. Educação superior, direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96. São Paulo: Edusp/Fapesp. 2000.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.381p.
- RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 144p.
- RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1989.
- SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 412 p.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Discurso dissertativo. A Tarde, Salvador, 9 maio, 1999. Lazer & Informação

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279 p.

VALÉRY, Paul (apres.) O pensamento vivo de Descartes. Tradução Maria de Lourdes Teixeira. São Paulo: Martins, 1961. p. 200 p. (Biblioteca do Pensamento Vivo, 17).

VIEIRA, Sônia. Como escrever uma tese. São Paulo: Pioneira, 1991. 82p.

YIN, Robert K. Case study research: design and methods. 2. ed. London: Sage Publications, 1994. 170 p.

VIEIRA, Sônia. Como escrever uma tese. São Paulo: Pioneira, 1991. 82p.

#### Referência Bibliográfica deste Artigo (ABNT: NBR-6023/2000):

Boaventura, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa e elaboração da monografia. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, v. 1, nº. 7, outubro, 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: xx de xxxxxxxx de xxxx

(substituir x por dados da data de acesso ao site).

#### Publicação Impressa:

Informação não disponível.

#### Interatividade

##### Participe do aperfeiçoamento da Revista Diálogo Jurídico



Opine sobre o assunto focado neste artigo: [clique aqui](#)



Sugira novos temas para a revista eletrônica Diálogo Jurídico: [clique aqui](#)



Imprima o artigo: tecla Ctrl+P



Cadastre-se e receba diretamente por e-mail informações sobre novos artigos publicados na revista: [clique aqui](#)